
NOS TERRITÓRIOS DE REMANESCENTES QUILOMBOLAS, REDES QUE TECEM A CIDADANIA CULTURAL: DESAFIOS E AVANÇOS DA EDUCAÇÃO EM ESCOLAS QUILOMBOLA

Dr^a. MARIA LINDACÍ GOMES DE SOUZA -UEPB
mlgsouza26@hotmail.com

Dr^a. MARIA APARECIDA BARBOSA CARNEIRO -UEPB
Ccarneiro2007@oi.com.br

Dr^a. PATRÍCIA CRISTINA DE ARAGÃO ARAÚJO –UEPB
Cristina-aragao21@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A nova sociedade brasileira, desde a década de 80, vem passando por diversas transformações. Entre elas estão à ascensão de novos atores sociais na cena política nacional, entre os quais se destacam os negros e os indígenas.

Nesse sentido, um dos campos de estudo que tem sido revisitado, diz respeito às comunidades negras rurais identificadas como sendo constituídas por remanescentes quilombolas (FONSECA, 2000). A proposta deste texto é de dar continuidade a uma pesquisa que já estamos desenvolvendo em três comunidades remanescentes de quilombos: Grilo, Caiana dos Crioulos e Caiana dos Matias, na Paraíba.

O segmento atual dessa pesquisa, busca examinar particularmente quais são as táticas e ou estratégias, assim como a forma de apropriação dos professores para colocar em prática, o que reza a lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira no ensino. Buscamos também identificar as contribuições que resultaram na formulação da teoria da mestiçagem, assim como os preconceitos, anteriormente a essa lei eram recorrentes no livro didático, considerando que foi marcante e incontestável o comprometimento de intelectuais negros, assim como do Movimento Negro com a problemática racial.

Ressaltamos que no período assinalado, tal problemática constituiu um tema central de discussão, não só no campo político como também no social e intelectual brasileiro. Coerentemente com suas reivindicações e propostas históricas, as campanhas empreendidas pelo Movimento Negro tem possibilitado ao Estado brasileiro formular projetos no sentido de promover políticas e programas para a população afro-brasileira, no sentido de valorizar sua História e cultura (CAVALLEIRO, 2006).

Em relação às práticas escolares, constata-se a quase inexistência de conteúdos tratando da cultura afro-brasileira, especialmente no que se refere à cosmovisão africana

como: cultos, rezadeiras, práticas terapêuticas de cura, mitos, e práticas cotidianas das mulheres negras idosas. Sendo assim, a proposta sustenta-se na promoção de cursos estabelecendo uma rede de saberes entre a comunidade e a academia com o intuito de contribuir para recriar no presente, uma cultura patrimonial afro-brasileira, que esta sendo trabalhada em uma escola quilombola, numa proposta intergeracional - jovem e idoso - no sentido de valorizar as tradições culturais típicas de cada comunidade.

PRÁTICAS CULTURAIS E EDUCAÇÃO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Este texto apresenta de forma ainda preliminar as etapas de uma pesquisa que já estamos desenvolvendo em três comunidades remanescentes de quilombos: Grilo, Caiana dos Crioulos e Caiana dos Matias, na Paraíba. O segmento atual dessa pesquisa busca examinar particularmente quais são as táticas e ou estratégias, assim como a forma de apropriação dos professores para colocar em prática, o que reza a lei 10.639 que trata da obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira no ensino.

Buscamos também identificar as contribuições que resultaram na formulação da teoria da mestiçagem, assim como os preconceitos, anteriormente a essa lei eram recorrentes no livro didático, considerando que foi marcante e incontestável o comprometimento de intelectuais negros, assim como do Movimento Negro com a problemática racial.

Ressaltamos que no período assinalado, tal problemática constituiu um tema central de discussão, não só no campo político como também no social e intelectual brasileiro.

Coerentemente com suas reivindicações e propostas históricas, as campanhas empreendidas pelo Movimento Negro tem possibilitado ao Estado brasileiro formular projetos no sentido de promover políticas e programas para a população afro-brasileira, no sentido de valorizar sua História e cultura (CAVALLEIRO, 2006).

Entre os resultados, a lei 9.394/96 foi alterada por meio das inserção dos artigos 26 - A e 79 – B, que torna obrigatório o ensino de História e cultura afro-brasileiras e africanas no currículo oficial da educação básica.

Segundo Silva (1995), no que se refere aos currículos escolares chamou-se atenção para a falta de conteúdo ligados á cultura afro-brasileira que estejam apontando para a importância desta população na construção da identidade brasileira, não apenas no registro folclóricos e de datas comemorativas.

Assim, entendemos que temos que estabelecer um diálogo com este passado por meio de pesquisas, de encontros com a ancestralidade, preservada ou reinventada.

Neste sentido, nossa primeira proposta de pesquisa se sustenta no saber escolar, na apropriação das metodologias e dos instrumentos didáticos que nos permitam perceber de que forma os professores incorporam em suas práticas pedagógicas, no cotidiano em sala de aula as mudanças para implantar no currículo escolar a história e cultura afro-brasileira.

O trabalho visa identificar, através de fragmentos de memórias expressos nos relatos orais de mulheres idosas pertencentes a três comunidades afro-descendentes paraibanas, as “*artes de fazer*” produzidas no dia-a-dia por estas mulheres, durante a invenção dos seus cotidianos e vivência da historicidade. Deste modo, a pesquisa lançará olhos para as comunidades negras remanescentes de quilombos: Grilo, Matias e Caiana dos Crioulos.

Dessa forma, a partir dos relatos dos moradores destas três comunidades, identificaremos as “táticas” utilizadas para manter e recriar no cotidiano social, as práticas cotidianas, assim como, as tradições, mantidas ou não por aqueles que continuam nessas comunidades, como também, as práticas culturais decorrentes do processo de migrações. Buscaremos igualmente perceber os modos de viver dos protagonistas sociais, dessas comunidades tradicionais, que em diversas situações se contrapõe no dia-a-dia, a determinadas “*estratégia*” de homogeneização que negam os valores culturais de grupos considerados “subordinados” na sociedade, como é o caso dos negros.

A ampliação dessa proposta pressupõe uma compreensão do que seja educação. Uma concepção ampliada de educação abrange os processos formativos que se realizam nas práticas sociais relacionadas às diferentes manifestações de convivência humana que ocorrem na vida familiar, no trabalho, no lazer, na participação política e no aprendizado escolar. É indiscutível a importância que os diferencia da participação através das experiências de vida dos idosos no cotidiano da escola.

Sendo assim, defendemos a partir dessa perspectiva caminhos possíveis para contribuir na elaboração de uma proposta de matriz curricular que redirecione a organização e a dinâmica escolar, de modo que fazer pedagógico, seja um fazer político, possível de enfrentar as diversas formas de racismo e a valorização da diversidade étnico-racial na escola.

A nova sociedade brasileira, desde a década de 80, vem passando por diversas transformações. Entre elas estão à ascensão de novos atores sociais na cena política nacional, entre os quais se destacam os negros e os indígenas. Nesse sentido, um dos campos de estudo

que tem sido revisitado, diz respeito às comunidades negras rurais identificadas como sendo constituídas por *remanescentes quilombolas* (FONSECA, 2000).

Deste modo, os historiadores estão voltando ao passado com os olhos do presente e colocando em prática o que afirma Le Goff (1994): “a história é filha de seu tempo”. Nesse sentido, estamos vivendo em um novo tempo de desconstrução, de (re)interpretação no caminho da busca do conhecimento sobre dos povos originários da África, bem como dos seus descendentes.

Com essa compreensão, concordamos com Gomes e Martins (2004, P 71), quando argumentam que o Brasil está vivendo um momento de revisão, em uma perspectiva otimista, pois há agora uma dimensão de oportunidade histórica de:

brecha emancipatória para combater o racismo estrutural da sociedade e de valorizar a cultura africana preservada no país, afirmando, a partir dela, uma diferença civilizatória ou simbólica com um vigor que até agora os negros não tiveram a oportunidade de manifestar.

Segundo, Lima (2000, p. 41) nas duas últimas décadas ampliaram-se as discussões acerca da história e da cultura afro-brasileiras, assim como das formas que “as identidades e suas dinâmicas tem se fortalecido como foco de crescente problematização”. A mesma autora destaca que ampliaram-se as discussões sobre a formação identitária da população, sobretudo nos aspectos étnicos, de gênero, e relativos à regionalidade.

Assim, esta proposta de pesquisa levanta algumas reflexões em torno dos afro-descendentes, tendo como alvo norteador da discussão alguns conceitos e categorias que consideramos básicas.

Para discutimos sobre práticas cotidianas, sobretudo as apresentadas na memória das infâncias vividas pelos hoje idosas negras, tomaremos como referencial Certeau (2007) como outros autores que permite pensar sobre o lugar de onde se fala e se escuta.

A pesquisa se apóia na teoria certeuniana, quando mostra como o homem ordinário, na vivencia da historicidade, inventa o cotidiano, não aceitando passivamente o que o saber técnico tenta lhe impor, e lançando para isso mão de “táticas” em reação as “estratégia” que são montadas para lhe controlar e disciplinar. Estes usos de “táticas” constituem as “*artes de fazer*”, que são em suma, as armas do fraco contra o forte, de um não-lugar frente a um lugar de poder.

Assim, objetivamos, dialogando com a teoria certeuniana acerca da Invenção do Cotidiano, identificar, através do uso da memória, formas como as populações negras se

reapropriam de determinados elementos culturais e de determinados espaços e os reinventam. Portanto, compreendendo o valor da narração da palavra como agente enunciador de sentimentos, nos interessamos em trabalhar com idosos, utilizando a História Oral como recurso. Privilegiaremos assim a história subjetiva do pesquisado, o que nos permite explorar aspectos da experiência histórica raramente registrados, possibilitando que grupos sociais geralmente excluídos da história oficial, possam ser ouvidos.

Michel de Certeau, além de sua contribuição acerca do entendimento de como é feita a escrita da história, principalmente no que se refere à *operação historiográfica*, também contribuiu com o saber histórico quando teorizou sobre a invenção do cotidiano. Certeau mostra como o homem ordinário, na vivência da historicidade, inventa o cotidiano não aceitando passivamente o que o saber técnico tenta lhe impor, lançando para isso mão de “táticas” em reação as “estratégia” que são montadas para lhe controlar e disciplinar. Estes usos de “táticas” constituem as “*artes de fazer*”, que são em suma, as armas do fraco contra o forte, de um não-lugar frente a um lugar de poder (CERTEAU, 2007).

Linguagem, memória e oralidade são meios privilegiados de transmissão das “*artes de fazer*”, das *astúcias* dos sujeitos simples, comuns (*Id.*, 2008). Assim objetivamos, dialogando com a teoria certeuniana acerca da *Invenção do Cotidiano*, analisar o outro lado da questão e identificar, através do uso da memória, formas como as populações negras se reapropriam de determinados elementos culturais e de determinados espaços e os reinventam. Buscamos assim entender como estes sujeitos mesmo em situações bastante adversas, entre as quais, por exemplo, desvalorização da sua cultura, afastamento para lugares periféricos, convívio com discursos que apregoam sua inferioridade diante de outros segmentos e frente a tentativas de englobamento em uma cultura homogênea, constroem sua historicidade e seguem silenciosamente vivendo e produzindo a si mesmos e ao local onde habitam.

DILEMAS E PERSPECTIVAS NA IMPLANTAÇÃO DE UMA PRÁTICA EDUCATIVA ANTI-RACISTA

O professor (a) na sua prática cotidiana deve manter um fazer pedagógico que atente para a diversidade étnico-cultural da sociedade brasileira, e contemple a complexidade das relações entre os culturalmente diferentes, sem hierarquizá-las, visto que a função da escola não é negar os conflitos e os diferentes, mas auxiliar o estudante a analisar, e perceber a diversidade sem, no entanto, estigmatizar as culturas estudadas.

Este propósito está preconizado na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) 9.394/96, nos PCN'S (Parâmetros Curriculares Nacionais) de 1997 e reforçado na Lei 10.639/003, hoje 11.645/008, visto que a partir da promulgação destas leis as escolas de ensino fundamental e médio são obrigadas a incluir no currículo os conteúdos pertinentes a história e cultura afro-brasileira (SECAD,2005; SILVA JÚNIOR, 2002).

Oficialmente a perspectiva de se trabalhar em sala de aula a diversidade cultural que caracteriza a sociedade brasileira está posto há duas décadas, no entanto, o fazer pedagógico dos professores (as) em sala de aula denota uma realidade que nem sempre é compatível com a demanda proposta pela 11.645/008.

Cumprir o que demanda essa lei significa garantir aos professores (as) oportunidade deles (as) romperem com a compreensão de história e cultura eurocêntrica, ao mesmo tempo impõe-lhes um desafio; trazer para os palcos da história, a África, os africanos, os afro-brasileiros, suas diferentes expressões culturais, modalidades de resistência e condições de vida em diferentes tempos e espaços (ROMÃO, 200; SILVA JÚNIOR, 2002).

Tais conteúdos são relevantes, uma vez que possibilitarão aos professores (as) romperem o silêncio acerca da história e cultura afro-brasileira e aos estudantes negros e não negros subsídios indispensáveis a construírem outras imagens de si e do outro (FOSTER, 2004; MACEDO, 2007).

Essa proposta, apesar do caráter obrigatório, conforme a lei 11.645/008, ainda não é uma realidade a todos os municípios brasileiros, visto que poucas redes de ensino público no Brasil efetivaram-na. Logo, colocá-la em prática também se constitui um desafio para os gestores públicos em especial os secretários de educação e os professores (as) universitários, que atuam nas licenciaturas; instâncias responsáveis pela formação docente.

Em meio a essa realidade há um fazer pedagógico que silencia sobre a cultura afro-brasileira ou a ela se refere, mas se limita ao aspecto comemorativo, como se não fizesse parte do universo cultural dos estudantes e professores e para tanto, precisa ser lembrada.

A existência de uma prática docente que limita os conteúdos da cultura afro-brasileira ao aspecto comemorativo do dia do folclore ou da consciência negra é um reflexo de que a priori a lei 11.645/008 não está sendo cumprida pelos gestores públicos, ou os docentes não despertaram para a sua relevância na sala de aula, e fazem pouco caso desse conteúdo na formação discente (OLIVEIRA, 2003; ROCHA, 2002; SECAD, 2005).

Analisar a inserção ou não dos conteúdos referentes à cultura afro-brasileira no currículo escolar da rede pública das escolas das comunidades quilombolas destacadas

anteriormente, se constitui na segunda etapa da proposta, tendo em vista que estamos ainda discutindo sobre a importância da educação anti-racista.

Com esta compreensão, analisaremos as práticas cotidianas desencadeadas pelos docentes, e nelas nos ateremos a identificar se os conteúdos pertinentes à cultura afro-brasileira estão sendo trabalhados, uma vez que desde 2003 as escolas de ensino fundamental e médio estão obrigadas a inseri-los no currículo.

A inserção de tal conteúdo no currículo escolar é uma oportunidade de a escola fazer a educação anti-racista, o que significa desenvolver no educando a capacidade de respeito, valorização e convivência com as expressões e manifestações da cultura afro-brasileira no cotidiano da sala de aula e na comunidade onde a escola se encontra inserida (MACEDO, 2007).

Nesse sentido os conteúdos e as abordagens com que os professores (as) trabalham em sala de aula são relevantes, visto que através deles os estudantes constroem e reconstróem imagens de si e do outro.

Deste modo, a ausência deles no cotidiano da sala de aula faz perpetuar a idéia de que cultura afro-brasileira não é estudada, porque os negros (as) não possuem um repertório cultural relevante, que justifique ser estudado ou porque suas culturas não são importantes para a compreensão da história do Brasil (SILVA JÚNIOR, 2002; ROMÃO, 2002).

A conseqüência dessa realidade é a negação dos negros (as) enquanto sujeitos históricos e a perda dos referenciais culturais e históricos dos africanos, perpetuando assim a compreensão dos europeus como centro da história.

Logo, incluir os conteúdos da cultura afro-brasileira no currículo das escolas de ensino fundamental e médio é mais do que um desafio é um dever políticos dos gestores e professores (as) e representa um meio de tornar a escola espaço inclusivo, e de valorização das diferenças culturais que caracteriza o Brasil (MACEDO, 2007; OLIVEIRA, 2003).

Não obstante a isso, há o fato de a maioria dos estudantes da escola pública ser negro. Por isso, nada mais justo eles terem acesso aos conteúdos que contemplem suas histórias e culturas, e assim se assumam negros (as), e a escola combata o preconceito racial e promova a educação anti-racista. Assim formará cidadãos capazes de conviver e respeitar os culturalmente diferentes, sem hierarquizá-los (FOSTER, 2004; MACEDO, 2007).

A pesquisa será desenvolvida a partir da aplicação de um questionário aberto onde os professores (as) serão convidados (as) a responderem algumas perguntas em especial a sua

relação com a temática cultura afro-brasileira, sobretudo, quando trabalham e por que trabalham esse conteúdo e a abordagem dedicada.

Para tanto, visitaremos a escola no sentido de fortalecer a relação com os docentes e perceber a sua disponibilidade em querer participar da pesquisa nos concedendo entrevista mediante resposta do questionário distribuído e nos permitindo observar o cotidiano da sua sala de aula.

Além da aplicação do questionário também observaremos o cotidiano da sala de aula, uma vez que os conteúdos referentes à cultura afro-brasileira podem integrar o currículo escolar e ser trabalhado na sala de aula, mais também pode está no currículo oculto, ou seja, naquele não oficial e surgir em sala de aula mediante outras estratégias, a exemplo de uma informação ou fato que os estudantes vivenciaram ou identificaram no cotidiano da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a escola se constituirá num espaço da diversidade étnica, mas, sobretudo, de combate ao racismo, uma vez que estará possibilitando a comunidade escolar e não escolar conhecimentos e informações indispensáveis a manutenção das relações fundamentadas no respeito aos culturalmente diferentes.

Desenvolver essa pesquisa é uma oportunidade de contribuir com a produção do conhecimento na área de cultura afro-brasileira, em especial sua relação com a educação étnico-racial e anti-racista, haja vista essa temática ainda é pouco estudada pelos pesquisadores paraibanos em comunidades quilombolas.

Afora isso há o fato de também colaborar com a discussão acerca da implantação da lei 11.645/008 na Paraíba, em especial na cidade de Campina Grande, tendo em vista o fato de que até o momento não se tem notícias de municípios paraibanos que tenham efetivado na prática a aplicação dos conteúdos de cultura afro-brasileira no currículo escolar e na sala de aula enquanto política pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Relatório do Comitê Nacional para a preparação da Participação Brasileira na III Conferencia Mundial das nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Brasília, 2001.

_____. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. D. O . U de 10/012003.

_____. Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Lex:** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D3551.htm>>. Acesso: 18 de mai. 2008.

_____. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Lex:** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso: 28 de mai. 2008.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do Lar ao silêncio escolar. São Paulo: Contexto. 2000.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano:** 1. “artes de fazer”. Petrópolis: Vozes, 2007. 351 p.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do cotidiano:** 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2008. 372 p.

CHAUVEAU, Agnes (org.); TETÁRT, Philippe (org.). **Questões para a história do presente.** Bauru: EDUSC, 1999. 132 p. D´ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo:** racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. 248 p.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Ensino de História e Diversidade Cultural:** Desafios e Possibilidades. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>> . Acesso: 20 abr. 2006.

FOSTER, Eugênia da Luz Silva. **Racismo e movimento instituinte na escola.** Niterói: UFF, 2004 (Tese de Doutorado).

MACEDO, Roberto S. **Currículo, diversidade e equidade: luzes para uma educação intercrítica.** Salvador: EDFBA, 2007.

OLIVEIRA, Inês B. **Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação.** Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

ROCHA, Ubiratan. **História, currículo e cotidiano escolar.** São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA JÚNIOR, Hédio. **Discriminação racial nas escolas:** entre a lei e as práticas sociais. Brasília: Unesco, 2002.

SECAD. **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela lei federal 10.639/2003. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.